



DOSSIÊ: BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (2022)

## Os filhos indesejados da Nação: as lutas pela Independência no Piauí e a exclusão dos grupos populares (1821-1823)

*The unwanted children of the Nation: the struggles for Independence in Piauí and the exclusion of popular groups (1821-1823)*

*Los hijos no deseados de la Nación: las luchas por la Independencia en Piauí y la exclusión de los grupos populares (1821-1823)*

**Marcelo de Sousa Neto<sup>1</sup>**

[0000-0002-2748-2316](mailto:0000-0002-2748-2316)  
[marcelo@ccm.uespi.br](mailto:marcelo@ccm.uespi.br)

**Recebido em:** 9 dez. 2021.

**Aprovado em:** 24 abr. 2022.

**Publicado em:** 25 out. 2022.

**Resumo:** No Piauí, o que se observou é que o projeto vitorioso de Independência foi o das elites locais, formadas a partir de influentes grupos familiares e que já faziam parte da administração provincial. Para essas elites, transformações político-sociais representavam uma pré-dica, com vistas na manutenção de seus interesses no novo arranjo político do Brasil. Contudo, no Piauí, o processo se deu de maneira árdua e prolongada, marcado por combates, alianças e contradições internas de diversos setores da sociedade, em que grupos populares, em sua maioria composta pela população empobrecida da Província, se uniram às elites em uma luta comum contra a Coroa portuguesa, àquele instante apresentada como a responsável por todos os seus males e mágoas. Em meio às lutas, os grupos dirigentes buscavam a manutenção de seus interesses, ao tempo que as camadas populares, os filhos indesejados da Nação, lutavam por sua inserção na nova ordem. Dessa forma, são discutidos no presente artigo o processo de adesão dos grupos familiares locais a causa separatista, suas movimentações no cenário local em contraponto às movimentações em outras capitânicas e na sede da Colônia e como foram estabelecidas alianças provisórias com grupos populares locais, tomando como metodologia a revisão da literatura existente sobre o tema a partir do estudo da História das Famílias.

**Palavras-chave:** História. Independência. Famílias. Piauí (Séc. XIX).

**Abstract:** In Piauí, what has been observed is that the victorious project of Independence was that of the local elites, formed from influential family groups and who were already part of the provincial administration. For these elites, social-political transformations represented a preaching, aiming at the maintenance of their interests in the new political arrangement of Brazil. However, in Piauí, the process was arduous and prolonged, marked by combats, alliances, and internal contradictions in various sectors of society, in which popular groups, mostly composed of the impoverished population of the province, joined the elites in a common struggle against the Portuguese Crown, at that moment presented as responsible for all their ills and misfortunes. In the midst of these struggles, the ruling groups sought to maintain their interests, while the popular layers, the unwanted children of the Nation, fought for their insertion in the new order. In this way, the present article discusses the process of adhesion of local family groups to the separatist cause, their movements in the local scenario in counterpoint to the movements in other captaincies and in the Colony's headquarters, and how temporary alliances were established with local popular groups, using as methodology the review of the existing literature on the theme from the study of the History of Families.

**Keywords:** History. Independence. Families. Piauí (19th century).

**Resumen:** En Piauí, lo que se ha observado es que el proyecto victorioso de la Independencia fue el de las élites locales, formadas a partir de grupos familiares



Artigo está licenciado sob forma de uma licença  
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Teresina, PI, Brasil.

influentes y que ya formaban parte de la administración provincial. Para estas élites, las transformaciones político-sociales representaron una prédica, con el objetivo de mantener sus intereses en el nuevo arreglo político de Brasil. Sin embargo, en Piauí, el proceso se desarrolló de forma ardua y prolongada, marcada por combates, alianzas y contradicciones internas en diversos sectores de la sociedad, en los que los grupos populares, compuestos en su mayoría por la población empobrecida de la provincia, se unieron a las élites en una lucha común contra la Corona portuguesa, en ese momento presentada como responsable de todos sus males y agravios. En medio de estas luchas, los grupos dirigentes buscaban mantener sus intereses, mientras que las capas populares, los hijos no deseados de la Nación, luchaban por su inserción en el nuevo orden. De este modo, este artículo aborda el proceso de adhesión de los grupos familiares locales a la causa separatista, sus movimientos en la escena local en contrapunto con los movimientos en otras capitanías y en la sede de la Colonia y cómo se establecieron alianzas temporales con los grupos populares locales, tomando como metodología la revisión de la literatura existente sobre el tema desde el estudio de la Historia de las Familias.

**Palabras clave:** Historia. Independencia. Familias. Piauí (siglo XIX).

## Introdução

Nas primeiras décadas do século XIX, o Piauí se inseria no sistema colonial português como fornecedor de gados e insumos a diversas praças consumidoras ao Sul da capitania, especialmente Pernambuco e Bahia. Destacava-se, ainda, como elemento de ligação com o Norte do Brasil, por onde transitavam gado, pessoas e informações, aspectos que se demonstraram importantes no processo de separação de Portugal e de organização da nação independente (SOUSA NETO, 2013).

No entanto, até o início da década de 1820, não havia, no Piauí, o desejo generalizado de ruptura com Portugal. A partir de então, em meio à Revolução do Porto e às movimentações separatistas que se espalhavam pela Colônia, explicitaram-se interesses e contradições entre redes familiares controladoras da política e economia locais, motivadas pelo desejo de ampliar sua influência sobre a administração provincial. A organização dessas redes familiares teve por base, desde o século XVIII, o casamento entre seus membros como forma de criar alianças (BRANDÃO, 2012).

Com a chegada ao Brasil das notícias da Revolução do Porto, em 1820, em um momento de grande instabilidade, despertou-se um "espírito

constitucionalista" em boa parte do Brasil, na defesa de uma constituição única. O retorno da família real para Portugal intensificou ainda mais o clima de instabilidade e fortaleceu os ideais liberais no Brasil (RIBEIRO, 2002). No entanto, até pouco tempo antes do advento das Cortes Constitucionais de Lisboa, não havia entre os grupos familiares que compunham a elite piauiense o desejo de ruptura com Portugal. Apesar de cada grupo familiar desejar uma maior participação e controle da Capitania, o equilíbrio e a divisão de poder entre estes grupos estavam preservados (BRANDÃO, 2004). O ponto de ruptura somente ocorreu mais adiante.

No Piauí, as manifestações políticas possuíam caráter e objetivos regionais, sendo que estavam "em jogo antes de tudo, senão exclusivamente, interesses individuais ou de famílias, a colimar quando muito estabelecer domínio de ordem oligárquica" (BRANDÃO, 2004, p. 29). As disputas entre os grupos familiares, sobretudo daqueles já inseridos no aparelho administrativo, possuíam por escopo o desejo de ampliar sua participação e controle da administração provincial.

As lutas pela emancipação inseriram-se, então, em meio às disputas de grupos familiares pela hegemonia política na região, entre as quais a Província encontrava-se dividida, sobretudo entre famílias do Norte, lideradas pelos Castelo Branco e aparentados, e do Centro-Sul, que tinham nos Sousa Martins seus principais representantes. Com o movimento emancipacionista espalhando-se pelo Brasil, a luta entre essas famílias ganhou uma nova roupagem, na qual a adesão à Independência fez parte de um golpe interno para o controle político da Província (BRANDÃO, 2002).

Dessa forma, discutir o processo de adesão dos grupos familiares locais à causa separatista, suas movimentações no cenário local em contraponto às movimentações em outras capitanias e na sede da Colônia e como foram estabelecidas alianças provisórias com grupos populares locais, são discutidos no presente artigo. Toma-se como metodologia a revisão da literatura existente sobre o tema a partir do estudo da História das Famílias (FARIA, 1997).

## 1 O Piauí se movimenta: famílias em disputa

Ao longo do ano de 1821 a agitação social inquietava as autoridades lusas em Oeiras. A intranquilidade também era sentida nas vilas de Parnaíba e Campo Maior. Nessas vilas circulavam os primeiros pasquins a favor da emancipação, incitando a população a rebelar-se contra os portugueses, apoiados pelas autoridades brasileiras integrantes da administração pública.

As manifestações a favor da emancipação, em meio à luta interna entre as famílias de elite que disputavam o controle político da Província, significavam ameaças cada vez maiores à dominação portuguesa. O governo, preocupado com essas manifestações e com a repercussão dos pasquins "sediciosos", determinou a realização de uma devassa para apurar sua autoria. O Juiz de Fora de Parnaíba e Campo Maior, João Candido de Deus e Silva, "habilitoso semeador das ideias libertárias do norte da província" (BRANDÃO, 1972, p. 67), recusou-se em cumprir tal determinação.

No Piauí, as primeiras manifestações sediciosas possuíam também como bandeira de luta o constitucionalismo e a defesa de uma constituição única para Brasil e Portugal, colocando pela primeira vez portugueses e brasileiros em lados diferentes. Estes queriam eleições para a escolha do governo local e deputados, buscando uma participação mais efetiva na administração pública, ocupada, sobretudo, pelos emissários do Rei (DIAS, 1999).

Todavia, a figura de D. João como monarca não era questionada. Lembre-se que, de maneira geral, a Revolução do Porto não foi um movimento antimonárquico, uma vez que reduziu o poder do Rei, mas não eliminou seu símbolo e, como outros movimentos, não eliminou a monarquia (BERNARDES, 2006).

No Piauí, o mesmo fenômeno podia ser observado. As disputas de poder entre as famílias de elite e suas reações contrárias a qualquer autoridade externa limitavam-se a pessoas, representantes da Coroa ou da Igreja, sem atingir a figura do Rei ou do Papa. A estrutura de poder doméstico "não ameaçava o poder do soberano,

nem os donos do poder local questionavam as relações entre colônia e metrópole" (BRANDÃO, 2004, p. 137).

Nesse período, entre as manifestações ocorridas no Piauí, ganhou destaque, em maio de 1821, o plano que objetivava depor o governador Elias José Ribeiro de Carvalho e instalar uma Junta de Governo Provisória, a exemplo de Juntas instaladas no Pará e na Bahia. Esse movimento representou, no Piauí, "o primeiro 'ensaio de sedição' a exemplo do que aconteceu no final do século XVIII em outras partes do Brasil, principalmente em Minas Gerais e Bahia, com as conjurações" (DIAS, 1999, p. 215-216).

Como pretexto para mudar a administração da Capitania, o movimento conspiratório criticava o não juramento da Constituição a ser elaborada em Portugal. Pouco antes, no Rio de Janeiro, por meio do Decreto de 24 de fevereiro de 1821, após grande turbulência e sem mais alternativa, Dom João VI aceitou a Constituição a ser elaborada em Lisboa, jurando-a em 26 de fevereiro, o que deveria também ser feito em todo o Brasil.

O governo piauiense foi notificado por decreto em 4 de maio, tomando imediatas providências em relação à sua divulgação ao ouvidor interino na Capital, Dr. Bernardino José de Melo, e a todas as câmaras municipais. O Decreto foi interpretado por muitos como "a queda do absolutismo, secularmente implantado, e a instauração do regime constitucional" (BRANDÃO, 1972, p. 62). Em um estado de euforia, a cidade de Oeiras enchia-se de alegria pelas festas ordenadas e luminárias acesas durante três dias em comemoração a uma lei cujo alcance sequer compreendia (NEVES, 1997, 1974), o que demonstra o grau de distanciamento entre o que era proposto e seu alcance na esfera social piauiense.

Àquele instante, o governo da Província entendia que o juramento à Constituição deveria ser feito em momento posterior, após o recebimento de determinações específicas. No entanto, na Capital, existiam aqueles desejosos de que a Constituição fosse jurada desde logo. Não se fez protesto quanto à atitude governamental, mas iniciaram-se conspirações que pretendiam

derrubar o governador e instituir uma Junta de Governo Provisória.

O não juramento à Constituição surgiu, assim, como pretexto ao desejo de se depor o governo, acusado também de interceptar cartas vindas do Ministério para a Câmara e ocultar ordens recebidas. Essas acusações rapidamente se espalharam pela Capital e suscitaram questionamentos (NEVES, 1974).

Antes que pudesse ser deflagrada qualquer tentativa de golpe, em 6 de maio, o plano sedicioso fora denunciado ao governador pelo Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, Tesoureiro da Fazenda, e pelo Capitão Manuel Pimenta de Sampaio, comandante da guarnição de Oeiras. No mesmo dia da denúncia, descobriu-se que Antonio Maria Caú, escrivão da Junta da Fazenda, liderava o movimento, apoiado pelo Tenente de milícias, Egídio Costa Alvarenga, pelo Almoxarife José de Sousa Coelho de Faria, assim como pelo ex-escriturário da Junta da Fazenda, Manoel Henrique de Paiva.

Mesmo antes de deflagrado o movimento para a derrubada do governo de Elias Carvalho, o novo governo já estava previamente composto. Deveria ser presidido pelo cirurgião Francisco José Furtado, tendo como membros Antonio Maria Caú e Egídio da Costa Alvarenga (NEVES, 1974).

Àquela época, o Brigadeiro Sousa Martins encontrava-se entre os homens de confiança do governador Elias Carvalho e já exercia influência no cotidiano socioeconômico da capitania, fruto de sua riqueza pessoal e de seu trabalho junto à Fazenda Pública (BRANDÃO, 1972), inclusive influenciando ações dessa administração.

Como salienta Neves, o governador Elias Carvalho "era um homem fraco, sem tino administrativo, entregue à vontade e aos caprichos do Brigadeiro" (NEVES, 1974, p. 52). A proximidade de Sousa Martins com o governador o habilitou a denunciar Antônio Maria Caú, um dos muitos desafetos que cultivou ao longo de sua vida.

Elias Carvalho considerava que Oeiras pertencia aos "Fazendeiros", que formavam uma força social irresistível. Por suas limitações político-administrativas, procurou aliar-se a eles como forma

de viabilizar seu governo e "entregou-se, assim, à absorvente aristocracia rural do Piauí, que tinha nos Sousa Martins os mais altos representantes" (BRANDÃO, 1972, p. 67).

A participação desses "Fazendeiros", chefes de grupos familiares locais, no controle do Piauí legitimou-se socialmente ao longo do processo de formação da sociedade colonial e adquiriu caráter legal com a participação do grupo e de sua clientela no aparelho político-administrativo da capitania, constituindo uma sólida e duradoura estrutura de poder (BRANDÃO, 2004, p. 135). Novamente, torna-se importante destacar o lugar social da atuação desses personagens: o aparelho burocrático da administração pública, local privilegiado de conquista e manutenção do poder político-social local. Uma vez tornadas autoridades pelo exercício do cargo público, passaram a deter o controle da política local e, "a partir daí, empenharam-se na utilização da máquina administrativa para garantir uma política que atendesse aos interesses de seu grupo" (BRANDÃO, 2004, p. 136).

Na defesa de seus objetivos e interesses, o confronto entre os grupos locais e emissários da Coroa tornou-se uma prática constante até a Independência, evidenciando a fragilidade das autoridades governamentais frente ao poder local. O governador Elias Carvalho tinha consciência de sua vulnerabilidade e, frente à ameaça ao seu governo, designou o dia sete de maio para a solenidade de juramento à Constituição. Na data marcada, na Câmara de Oeiras, realizou-se a solenidade de juramento, adiantando-se a seus opositores, visando minar suas justificativas. No entanto, o governador não tomou nenhuma medida repressiva contra os sediciosos, deixando-os livres (NEVES, 1974; NUNES, 1975). Estes, por sua vez, passaram a atacar o governo de forma aberta. Antonio Maria Caú, por exemplo, atacava a administração pública e mesmo a vida privada do governador. Utilizando-se do cargo que ocupava, mandou sequestrar escravos do fisco e suspender pagamentos de servidores.

Em resposta à ameaça que representava a ação de seus opositores e o comprometimento

da ordem política e social, o governador, em 12 de maio, convocou um Conselho de Cidadãos da Capital, que acordaram medidas sobre a situação. Resultou das decisões tomadas pelo Conselho uma rigorosa perseguição aos rebelados, entre eles, Antonio Maria Caú, que logo foi suspenso das funções que exercia na Junta da Fazenda, conduzido à prisão e, em seguida, transferido para Parnaíba (NEVES, 1974). Tomadas as providências, desarticularam-se os conspiradores e, por alguns meses, o Piauí retomou sua estabilidade administrativa. As movimentações que ocorriam fora de suas fronteiras chegavam por meio de desencontradas descrições (NEVES, 1974), mesmo assim, crescia a insatisfação com a administração portuguesa.

Àquele período, "[...] as ideias constitucionais, dentro dos limites dessa fase difícil de sua eclosão, começaram a formar uma consciência nova" (BRANDÃO, 1972, p. 66). Ideias que sedimentavam o desejo de uma maior participação na administração da Província, desejo partilhado e ponto de tensão entre famílias do Norte e do Centro-Sul do Piauí. Conforme Brandão (1972), a insubordinação de Caú tinha aberto o caminho das transformações. As informações sobre o que acontecia em outras partes do País, mesmo obstruídas, começavam a envolver o Piauí e a semear a convicção de que a continuidade de Elias José Ribeiro de Carvalho no poder feria o sistema de governo instaurado pelas Cortes de Lisboa.

Buscava-se uma nova ordem que contemplassse os diversos interesses e vaidades em jogo, na qual famílias do Norte e do Centro-Sul lutavam por maiores espaços. No entanto, em meio à disputa, não se questionava a pessoa do governador, que foi inclusive convidado a presidir a Junta Governativa que se formava. Questionava-se sim o que ele representava, a continuidade do absolutismo e, sobretudo, a obstrução de interesses.

Mesmo sufocado, o movimento liderado por Caú reverberou socialmente, fazendo crescer o número dos que não se conformavam com o descompasso político no Piauí em relação às outras Províncias. O governador Elias Carvalho

sentia a fragilidade de seu cargo, questionado em sua legitimidade perante às Cortes, logo cedendo às pressões para eleger deputados às Cortes de Lisboa e formar uma Junta de Governo Provisória para substituí-lo.

A administração de Elias Carvalho encontrava-se obstruída pelos mesmos agentes que antes o apoiavam e o louvavam em praça pública, entre eles o Brigadeiro Sousa Martins, seduzido pelas promessas do ouvidor-geral, Francisco Zuzarte Mendes Barreto, de ocupar a vice-presidência em uma futura Junta de Governo.

Sem prestígio e sem autoridade, e sob ameaça de uma deposição acintosa, entendeu o Governador que deveria fazer concessões para buscar estabilidade. Resolveu então, nomear um Conselho Consultivo, assumindo sua presidência, dando novos moldes à administração provincial. Propunha uma administração colegiada, a exemplo do que ocorria em outras Províncias. No entanto, "a concessão feita, em lugar de impedir o avanço dessa tendência, promoveu-a" (NEVES, 1997, p. 67).

O clima de tensão para a deposição do governador tomara vulto e frente às movimentações na Capital, oficiou ao ouvidor-geral com cópia de seu pedido de demissão encaminhada ao Imperador e denunciando que se tramava a eleição de um governo temporário em desacordo com o decreto das Cortes de 24 de fevereiro de 1821.

O descontentamento com a administração colonial atingia significativa parcela das famílias de elite e diante da dificuldade de permanecer à frente do governo, Elias Carvalho pediu demissão, acirrando os ânimos das grandes famílias, nas quais "ambições de estreita politiquice chocaram-se" (NEVES, 1974, p. 53) na eleição dos deputados e da Junta Provisória de Governo.

Neves destaca que "em dois partidos opostos se colocaram os representantes das famílias de maior prestígio, fazendo pressão sobre o Governador" (1974, p. 53) e em um clima de tensão, em 24 de outubro de 1821, ocorreu a eleição de uma Junta de Governo para substituir o governador Elias Carvalho, depois de acirrada disputa entre os grupos familiares, dentre os quais se desta-

cavam poderosos comerciantes, proprietários rurais, clérigos e militares, representantes das famílias do Norte e do Centro-Sul da Província.

Ao fim do pleito, elegeram-se presidente, Ouvidor-geral Francisco Zuzarte; vice-presidente, Brigadeiro Manoel de Sousa Martins; secretário, Capitão Francisco de Sousa Mendes, além dos representantes da força militar, Capitão Agostinho Pires; da agricultura, Capitão Miguel Pereira de Araújo; do clero, o Vigário Geral Matias Pereira da Costa; da magistratura, o Juiz de Fora Dr. Bernardino José de Mello, e do comércio, Caetano Vaz Portella, Junta que manteve fidelidade às Cortes Portuguesas (NUNES, 1975).

Eleita, a Junta assumiu o governo em 26 de outubro. No entanto, "quem de fato vai exercer a presidência é o brigadeiro Manoel de Sousa Martins, no cargo de vice-presidente, permanecendo ocupado formalmente por Dr. Francisco Zuzarte Mendes Barreto" (DIAS, 1999, p. 222), direção a qual, "nenhum ato proveitoso a distinguiu, pois perdeu meses inteiros satisfazendo ódios, entregue ao desperdício dos dinheiros públicos" (NEVES, 1974, p. 55).

Os interesses dos grupos familiares e o contínuismo da Junta podem ser observados com a manutenção da estrutura administrativa da Província, que permaneceu ocupada pelos mesmos agentes de administrações anteriores. Se a Revolução do Porto deslegitimou as estruturas de poder nos moldes do Antigo Regime, uma reforma administrativa, com a mudança de seus pressupostos, seria decorrência das próprias mudanças ocorridas (BERNARDES, 2006). Entretanto, o discurso de ruptura e de quebra do Antigo Regime significou, no Piauí, apenas um rearranjo de forças entre grupos familiares locais cujo questionamento da legalidade do governo de Elias Carvalho e a necessidade da composição de uma Junta de Governo representou, antes de tudo, "argumento e estratégia política da luta pelo poder no âmbito local" (BRANDÃO, 2004, p. 139).

Conforme Tanya Brandão, esses grupos,

[...] engajados no processo de transformação, subjugaram o aspecto macro do processo que dizia respeito ao ideário que fundamentava a definição do modelo político a ser adotado, à disputa pelo controle da província; disputa esta cujos contornos foram traçados bem antes do movimento emancipacionista, em que cada movimento representava um golpe em direção ao controle da Província (2004, p. 134).

Em meio a esse processo de disputa pelo controle político no Piauí, a eleição da Junta de Governo Provisório, que substituiu Elias Carvalho no governo, sinalizou para o descompasso político e a ruptura entre os grupos familiares do Norte e do Centro-Sul da Província. Estas famílias formaram, durante o período colonial, grupos de poder que não rivalizavam entre si por existir, entre elas, afinidade de interesse e proporcionalidade na divisão do poder interno. Entretanto, com a reorganização política do Brasil na década de 1820, esses grupos familiares passaram a disputar o controle político da Província (BRANDÃO, 2004).

Apesar do delicado momento político – o Brasil ameaçado de perder o *status* de Reino, o que implicaria na perda de suas liberdades econômicas – a elite política piauiense parecia não partilhar dessas preocupações, uma vez que as manifestações de ordem política possuíam por escopo interesses meramente locais (NUNES, 1975, p. 163), no qual os grupos familiares do Norte e do Centro-Sul "aproveitaram a eleição dos membros da Junta Governativa para definir suas posições de domínio no contexto interno da Província e preservá-las na nova ordem política a ser instaurada" (BRANDÃO, 2004, p. 139). Na eleição, os grupos familiares do Norte e Centro-Sul evidenciaram-se como opositores, e nesse primeiro embate o grupo do Centro-Sul saiu-se melhor ao eleger três importantes membros da junta de governo.<sup>2</sup>

Posteriormente, configurando-se a separação como inevitável, a adesão à Independência representou, para os grupos familiares em conflito, "mais um episódio de uma luta, não entre o poder local e o poder externo, mas entre as famílias que

<sup>2</sup> Cf. COSTA, 1974, p. 257; as famílias do Centro-Sul elegeram o vice-presidente, brigadeiro Manoel de Sousa Martins; o secretário, capitão Francisco de Sousa Mendes e o representante dos produtores rurais, capitão Miguel Pereira de Araújo.

compunham essa mesma elite". Essa luta interna ganhou "nova roupagem, cujos adereços eram retirados do ideário modernistas, porém manteve sua essência básica: o controle do poder" (BRANDÃO, 2004, p. 140).

O ano de 1822 começou no Piauí envolto em um clima de antagonismos e desconfianças que se agravaram com a chegada em Oeiras, em 4 de fevereiro de 1822, de portaria do Ministério de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. Por meio desta, determinava-se o cumprimento do Decreto das Cortes de 27 de setembro de 1821, e mandado executar pela Carta Lei n. 124 de 1º de outubro de 1821, para que fosse eleita a Junta Provisória de Governo, desta vez autorizada pelas Cortes.

Parecia apenas uma formalidade para legitimar a Junta há pouco eleita e logo tratou-se de despachar correios avisando os eleitores das paróquias sobre a nova eleição, que seria realizada em 5 de abril, mas foi transferida para o dia 7 para não coincidir com uma Sexta-Feira Santa. O Brigadeiro Sousa Martins, como esperado, apresentou-se como candidato a uma das vagas na nova Junta.

No entanto, o Brigadeiro não considerou a reação de seus opositores, que passaram a divulgar pasquins contrários à sua candidatura. Tinha contra si a desconfiança do meio político, que se agravou nos poucos meses de existência do governo provisório, quando tomou para si atribuições do presidente e de outros membros do governo (NEVES, 1974). Depois de acirrada campanha e apesar do apoio dos familiares e aliados de Sousa Martins, o resultado lhe foi negativo, sendo o Brigadeiro excluído da formação da nova Junta. Segundo Neves, "começou, daí, a sua desarmonia com o governo" (NEVES, 1974, p. 56).

Elegeram-se para a nova Junta, presidente, Padre Matias Pereira da Costa; secretário, Capitão Francisco de Sousa Mendes, e membros, Sargento-mor José Antonio Ferreira, Capitão Miguel Pereira de Araújo e Sargento-mor Caetano Vaz

Portela. Apenas o Brigadeiro e o Ouvidor-geral foram excluídos do novo governo (COSTA, 1974).

Os opositores ao Brigadeiro e ao seu grupo familiar valeram-se de recursos extremos para excluí-lo da composição da nova Junta e chegaram mesmo a tirá-lo da vida política da Província por um curto período. A desarmonia dos membros da Junta Provisória de Governo com o Brigadeiro pode ser observada de forma inequívoca ao lembrar-se que a Carta de Lei n. 124, de 1º de outubro de 1821, determinava também que não chegando oficial Comandante das Armas esta deveria ser entregue o comando à patente maior e mais antiga da Província<sup>3</sup>, no caso, ao brigadeiro Manoel de Sousa Martins. Entretanto, a Junta oficial ao tenente-coronel Joaquim de Sousa Martins, convidando-o a assumir o comando das Armas da Província, sob o fundamento de que o Brigadeiro não podia exercer o cargo por ter sido reformado no posto.

Por todo o ano de 1822, no Piauí, prolongou-se o estado de agitação. Ao Norte da Província, em Parnaíba e Campo Maior, espalhava-se propaganda em favor da Independência, por meio de pasquins. Parnaíba, a exemplo de protestos em outras Províncias, exaltava-se contra os decretos de 29 de setembro e seu caráter recolonizador. Os protestos da Vila chegaram mesmo a São Luís, na província do Maranhão, na qual as autoridades maranhenses solicitavam maior vigilância sobre Parnaíba e "seus excessos" ao espalhar pasquins com propaganda separatista (NUNES, 1975).

Em setembro de 1822, a Câmara de Parnaíba recebeu ofício de José Bonifácio, já ministro do Reino, Justiça e Estrangeiros, ordenando a eleição de deputados à Assembleia Geral Constituinte, conforme Decreto de 3 de junho de 1822. Parnaíba, ciente do que acontecia em outras Províncias e no Rio de Janeiro, em relação às cartas e proclamações de D. Pedro até julho, encontrava-se propensa a aderir ao movimento que em pouco conduziria a quebra de relações com Portugal. O mesmo ofício foi repassado à Junta de Gover-

<sup>3</sup> Para o Piauí foram nomeados Governador das Armas o major João José da Cunha Fidié e, como vigário de Oeiras, o Padre José Joaquim Monteiro de Carvalho Oliveira. Cf. DIAS, 1999, p.223, "o governo português busca fortalecer-se através da Igreja e do aparato militar, dois setores de fundamental importância para garantir a conturbada ordem monárquica".

no, que logo determinou "que o mesmo [fossel mantido em silêncio" (NUNES, 1975, p. 57).

Sob a influência da vila de Granja (CE), representantes da vila de Parnaíba encaminharam requerimento ao Juiz de Fora, João Cândido de Deus e Silva, no qual se manifestavam a favor da causa brasileira, pedindo o cumprimento das ordens reais para realizar eleições de deputados. O Juiz oficiou à Junta de Governo, em 30 de setembro de 1822, dando conta dos acontecimentos na Vila e da proclamação, na vila de Granja, de D. Pedro como Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil e de que a vila de Parnaíba estava propensa às ideias de separação (BRANDÃO, 1972), mesmo que em forma confederada a Portugal.

Esse ofício traz informações importantes de como encontrava-se Parnaíba às vésperas de sua adesão à Independência:

O governo da província do Ceará mandou consultar os povos, fazendo-os reunir nas câmaras de seus distritos para elegerem seus Deputados, no caso que quisessem, prática esta que eu acho muito conforme ao princípio da Justiça proclamada nas Cortes. Se o Brasil quer ser independente, declarava-se. Se o Brasil quer desunir, desuna-se: prática que não traz responsabilidade alguma aos governos, porque, ou os povos querem e ninguém lhes pode resistir sem riscos, ou não querem e, então, assim o declaram.

A vila de Granja, limítrofe a esta da Parnaíba, proclamou, solenemente, e com o maior entusiasmo, há poucos dias, a Sua Alteza Real, Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil, e todos os prudentes esperam que será imitada pelas outras; bem como aqui tenho grandes fundamentos para dizer que não deixarão de imitar aquele exemplo (apud NEVES, 1997, p. 75).

O fragmento anterior deixa transparecer o estado de agitação que tomou conta de Parnaíba ao final de setembro. Faltava muito pouco para proclamar sua adesão a D. Pedro, o que aconteceu em 19 de outubro, quando a Câmara da Parnaíba reconheceu o Príncipe Herdeiro como Regente e Defensor Perpétuo do Brasil e proclamou "a Regência de Sua Alteza Real, a independência do Brasil e sua união com Portugal e as futuras Cortes Constituintes do Brasil" (BRANDÃO, 1972, p. 114), terminando sua proclamação com vivas a D. João VI (NUNES, 1975).

A declaração de Parnaíba sinalizava para a

independência do Brasil, mas mantendo vínculo a Portugal, como o Reino Unido. O mesmo não deve ser visto como uma contradição dos parnaibanos, uma vez que essa mesma condição era defendida em boa parte do Brasil por acreditar-se, até o último instante, que este poderia ter seus interesses atendidos dentro de uma união com Portugal. Além disso, as informações sobre os eventos do 7 de setembro e a declaração de Independência ainda não haviam chegado à Vila.

Em 24 de outubro, o senado da Câmara realizou as eleições da paróquia e o continuísmo deixou-se transparecer, uma vez que pouco havia mudado. A configuração histórica foi alterada, mas os personagens mantiveram-se os mesmos. E Parnaíba continuou "a Câmara, a mesma, o mesmo presidente, os mesmos vereadores. O poder judiciário, ainda com o Dr. João Cândido. O comando da vila continua nas mãos do Coronel Simplício. Enfim, tudo como antes, pois foi o próprio governo local que fez a revolução" (BRANDÃO, 1972, p. 114).

## 2 Alianças: os grupos populares tomam posição

No Piauí, o que se observa é que o projeto vitorioso de Independência foi o das elites locais, formadas a partir de influentes grupos familiares e que já faziam parte da administração provincial. Para essas elites, transformações político-sociais representavam uma pré-dica, com vistas na manutenção de seus interesses no novo arranjo político do Brasil. Com a precipitação dos acontecimentos, marcado pelo "grito do Ipiranga", a separação com Portugal comandada por D. Pedro, garantia uma Independência afinada com os interesses dessas elites proprietárias, desejosas de mudanças que lhes fossem favoráveis. Contudo, no Piauí, o processo se deu de maneira árdua e prolongada, marcado por combates, alianças e contradições internas de diversos setores da sociedade.

Não se pode negar, no entanto, que os grupos populares, em sua maioria composta pela população empobrecida da Província, uniram-se às elites em uma luta comum contra a Coroa

portuguesa, apresentada como a responsável por todos os seus males e mágoas. No entanto, ao instante em que os grupos dirigentes buscavam a manutenção de seus interesses, as camadas populares lutavam por sua inserção na nova ordem: lutavam em nome de uma causa que lhes era apresentada como também sua e pela Independência como representativa de um horizonte de liberdade que, em última análise, consistia em se tornarem, também, donos dessa terra, ou ao menos de um pedacinho de terra que pudessem dizer ser seu.

A participação dos grupos populares nas lutas pela Independência no Piauí é destacada em boa parte dos estudos que se ocuparam com o tema. Entretanto, questiona-se o grau de consciência dessa participação, a exemplo dos escritos de Bernardo de Sá Filho, ao ressaltar que:

as ideias emancipacionistas não eram suficientes para formar uma consciência crítica da realidade socioeconômica, cuja estrutura baseava-se no latifúndio, no escravismo e nas oligarquias representadas pelas famílias abastardas das principais vilas ou cidades (SÁ FILHO, 1993, p. 46).

A participação popular, nesse sentido, é entendida como a serviço dos grupos dirigentes da Província, resultado de um forte processo de aliciamento, persuadindo-os a "defender uma causa que, em princípio, é de todos, mas que não apresenta um projeto político que contemple interesses que não sejam dos setores dirigentes" (SÁ FILHO, 1993, p. 48).

Entretanto, considerar a participação popular nas lutas pela Independência no Piauí apenas pela ótica do aliciamento, que conduziu e deturpou o entendimento e os interesses, é mutilar um conjunto complexo de relações, empobrecendo-o e não permitindo uma compreensão de outras possibilidades de desmembramentos sócio-históricos do evento.

A consciência das transformações operadas no Brasil manifestou-se em graus diferentes entre os diversos grupos sociais e mesmo no interior de cada um destes. No entanto, todos possuíam ciência de seus interesses. Ao instante que a população empobrecida se aliou aos grupos

dirigentes, essa possui, em maior ou menor grau, consciência de seus atos dentro de uma lógica própria, em uma complexa relação de favor e retribuição, na qual havia a expectativa do retorno material das escolhas feitas (GRAHAN, 1997). Mais que o medo das sanções, existia o cálculo dos benefícios ao final das lutas, em uma época em que os representantes da Coroa portuguesa tinham pouco a oferecer.

Assim, essa população, ao aliar-se às elites dirigentes em nome da separação do Brasil de Portugal, dá prova não de encontrar-se alheia ao processo, mas, de ter feito as escolhas que lhe convinha, aliando-se àqueles de quem já havia recebido algo ou de quem esperava receber. Esses grupos populares, "era[um] uma população massacrada pelo sistema de produção escravista, e a perspectiva de melhorar as condições de vida, daria uma certa autonomia" (DIAS, 1999, p. 362) e estímulo à luta. Além disso, barganha e coerção operavam em um mesmo espaço, onde a oferta de recompensa não era suficiente, o uso da violência, abstrata ou concreta, estimulava as escolhas (GRAHAN, 1997).

Mas, ao longo do processo, as diferenças de interesses tornaram-se agudas e os grupos populares reagiram à sua exclusão da nova ordem que iniciava, muitas vezes, de forma violenta em defesa de seus interesses. Essa reação popular, retratada na documentação da época, foi entendida pelos novos dirigentes como indisciplina e desordem camponesa (DIAS, 1999), o que será melhor discutido à frente.

### 3 Oeiras: ideais e interesses se coadunam

A exemplo do restante do país, as ideias de emancipação manifestaram-se, a princípio, naqueles grupos ou setores sociais que mantinham maior contato com o exterior. No Piauí, a litorânea vila de Parnaíba foi um importante ponto nesse aspecto, por seu maior contato com outras regiões da Colônia e da Europa.

A situação favorável à separação em Parnaíba, por exemplo, motivou um grupo de 11 portugueses residentes na Vila, em 25 de setembro de

1822, a se dirigirem à Câmara e pedirem a remoção do comandante do destacamento, tenente Joaquim Timóteo de Brito, por considerarem que este não oferecia as devidas garantias de segurança em face dos pronunciamentos em favor da Independência. Não atendidos, encaminharam protesto acusando o juiz João Cândido de Deus e Silva de não punir os sediciosos, afirmando que se julgavam ameaçados enquanto as autoridades fossem brasileiras (COSTA, 1974). Esse episódio demonstra o quão abertas eram as manifestações em Parnaíba em favor da Independência.

Como uma das vilas mais importantes do Piauí, porto fluvial e marítimo que recebia diversas embarcações europeias e brasileiras, aparentemente a circulação de ideias foi maior em relação à outras vilas. Segundo Dias, em Parnaíba, "havia de fato um movimento da população favorável à independência" (DIAS, 1999, p. 224-225). Seus líderes buscavam, então, antecipar-se aos acontecimentos como forma de garantir espaços de poder na nova ordem. A Revolução do Porto, em 1820, e o juramento à Constituição que ainda seria elaborada, em 1821, acenderam no Piauí interesses e ambições e o desejo da separação de Portugal (DIAS, 1999).

Ao Norte da Província, com o apoio do Comandante da Vila, coronel Simplício Dias da Silva, tratava João Cândido de Deus e Silva em divulgar as ideias de Independência, sendo um de seus maiores defensores no norte da Província.

Ao Centro-Sul, assistia-se ao trabalho de Padre Marcos de Araújo Costa em defesa da causa separatista. Defesa que buscava atender aos interesses da rede familiar da qual fazia parte. Após a Independência, o clérigo, "pertencendo ao grupo de Manoel de Sousa Martins, tornar-se-ia seu mais lúcido assessor nos momentos de decisão política" (NUNES, 1975, p. 19). O próprio Sousa Martins reconhecia "seus fracos conhecimentos [...] que procedem não da vontade, mas da carência de luzes suficientes" (PIAUI, 1838), e recorria a Padre Marcos, homem letrado, na busca das "luzes" que julgava não ter.

Nunes ressalta ainda que:

a ação desses homens [João Cândido e Padre Marcos] em pouco far-se-ia notável. Esses valores intelectuais incendiariam o ânimo de patriotas que promoveriam a emancipação política da nação brasileira, revigorando sua riqueza e criando uma consciência cívica (1975, p. 19).

Esses homens, cada um a seu modo e espaços próprios, pregavam uma nova ordem que muito coadunava com o interesse de poderosas famílias interessadas no controle da Província. Cada um representava, grosso modo, duas poderosas "casas familiares" que ajudaram, com seus recursos, a financiar as lutas da Independência. São essas casas: "a de Oeiras ou dos Sousa Martins, que teve por chefe o Visconde da Parnaíba ou Manoel de Sousa Martins [...], e aquela chamada Casa Grande da Parnaíba, representada por Simplício Dias da Silva, um dos homens mais ricos do Brasil, naqueles tempos" (BRITTO, 1976, p. 36).

A informação da adesão de Parnaíba à Independência e a D. Pedro como Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil chegou a Oeiras em 5 de novembro de 1822. Em 13 de novembro, a Junta de Governo lançou manifesto ao povo da capital e rechaçou o movimento em Parnaíba. Na mesma data, iniciou-se a repressão comandada pelo governador das Armas do Piauí, o major português João José da Cunha Fidié, que marchou para Parnaíba para restabelecer a ordem da administração portuguesa na Vila, com as tropas e forte armamento (COSTA, 1974).

Homem de confiança da Corte lusitana, nomeado por Carta Régia de 9 de dezembro de 1821, Fidié assumiu o Governo das Armas no dia 9 de agosto de 1822, com as mesmas prerrogativas dos comandantes das Armas das Províncias portuguesas e em meio à circulação de informações que davam conta de sentimentos separatistas vindos, sobretudo, da Bahia, do Ceará e de Pernambuco.

Àquele instante, a efetiva possibilidade de emancipação do Brasil, a posição econômica e geográfica do Piauí, a chegada de grande quantidade de armamentos e munições, e a nomeação de um experiente militar das Guerras Napoleônicas para assumir o cargo de Gover-

nador das Armas, denotavam a importância do Piauí na geoestratégia lusitana para manter, caso necessário, parte de seus territórios nas Américas, ao norte do Brasil.

Com a partida de Fidié em direção ao norte da Província, no intuito de combater as movimentações pró-independência na vila de Parnaíba, o estado de aparente tranquilidade da Capital se modificou. Começaram a aparecer os primeiros pasquins denunciando a conspiração para derrubar a Junta de Governo e defendendo o apoio à Independência. Às vésperas da adesão, o descontentamento com o governo português dentro da Província era maior do que se podia apreender das declarações feitas pela Junta de Governo. Com o Governador das Armas em Parnaíba e com a Independência consolidando-se em outras províncias, e mesmo dentro do Piauí, a ocasião mostrou-se favorável a um levante na capital.

Fidié, a princípio, desejava partir em uma pequena comitiva para restabelecer a ordem em Parnaíba. Com a chegada do correio do Maranhão, em 5 de novembro, e uma participação de Parnaíba, no dia 6, dirigida ao Governador das Armas e dando conta dos acontecimentos na Vila, mudou de planos e começou a aprontar o batalhão de primeira linha e a tropa de segunda linha para marcharem sobre Campo Maior e de lá para Parnaíba (COSTA, 1974).

A notícia da marcha de Fidié em direção a Parnaíba com o plano de ocupar a Vila e prender os independentes, fez com que as principais lideranças se retirassem para o Ceará, que já havia declarado sua adesão à Independência, a fim de escaparem da repressão e buscar apoio. Entre essas lideranças, encontravam-se o coronel Simplício Dias da Silva e o juiz João Cândido de Deus e Silva.

O apoio cearense, no entanto, não chegou. Parnaíba, no dia 18 de dezembro, foi ocupada pelas tropas de Fidié, reforçadas por tropas vindas do Maranhão, sem nenhuma resistência. O Governador das Armas restaurou o domínio português na Vila por meio de novo juramento à Constituição portuguesa, ao rei e à religião em

uma celebração pública.

As lideranças parnaibanas, antes disso, ainda tentaram convencer Fidié a não invadir a Vila. Reuniram-se em sessão da Câmara e encaminharam ofícios ao comandante português, justificando que os acontecimentos em 19 de outubro obedeciam às ordens das Cortes no Rio de Janeiro, e que as lideranças da Vila cederam à vontade da população a fim de evitar uma guerra civil (DIAS, 1999).

A atitude de retirada dos líderes do movimento de 19 de outubro, conforme Dias (1999), possui diversos significados, podendo representar uma retirada estratégica em busca de apoio no Ceará, ou mesmo fuga das forças portuguesas, como forma de evitar derramamento de sangue em um confronto em total desvantagem. Mas é certo que a Vila foi totalmente saqueada pelas tropas, permanecendo ocupada até fevereiro de 1823, quando as tropas de Fidié retiraram-se para combater os independentes em Campo Maior, Piracuruca e Oeiras.

Com a partida de Fidié em direção ao norte da Província, o estado de aparente tranquilidade da Capital modificou-se. Em Oeiras, começaram a aparecer os primeiros pasquins denunciando a conspiração para derrubar a Junta de Governo e proclamar a Independência. Apesar das precauções tomadas pelo governo, entre elas a censura da correspondência postal, a causa brasileira ganhava novos adeptos que partilhavam o desejo de separação de Portugal, iniciando manifestações a favor da Independência (NUNES, 1975).

As ideias emancipacionistas, apesar da vigilância das autoridades, eram divulgadas por meio de cartas e de pasquins, e mesmo proclamações remetidas de Parnaíba. Essas cartas e pasquins perturbaram a ordem, estimulando a expansão de manifestações a favor da Independência pelas principais Vilas.

Na vila de Parnaíba, atribuiu-se a autoria de alguns pasquins ao próprio Tenente Joaquim Timóteo de Brito, comandante do destacamento da Vila. Em Campo Maior, sua autoria era atribuída ao rábula Lourenço de Araújo Barbosa. Lourenço também era acusado de fabricar pólvora e

discursar abertamente em Campo Maior sobre a separação do Brasil. Essas acusações levaram a Junta de governo a determinar a realização de uma devassa para apurar a fabricação de pólvora em Campo Maior e a convocá-lo preso para prestar esclarecimentos em Oeiras, sendo posteriormente enviado para Portugal (NUNES, 1975).

Mas os pasquins representavam apenas uma forma de circulação de informações. Apesar de um forte aparato de controle, em razão da pequena população da capital e vilas, a população mantinha-se informada dos acontecimentos por meio de suas estreitas relações de parentesco ou de trabalho. Na capital, vilas e povoados,

as notícias, avisos, proclamações, cartas, informações, boatos, falatórios, rumores circulavam entre as pessoas, "boca em boca" e, mesmo sendo uma população analfabeta, fatos dessa natureza tinham repercussão, considerando que era uma diminuta população vivendo em pequenas vilas onde ocorriam muito poucos acontecimentos que chamassem a atenção (DIAS, 1999, p. 249).

O ano de 1823 iniciou ainda mais tenso na capital da Província, uma vez que, àquele instante, mostrava-se favorável à Independência. No entanto, a Junta de Governo tentava, a todo custo, manter a ordem e a união com Portugal. Essa tomada de posição em favor da Coroa Portuguesa deve ser entendida dentro da configuração de sua composição. Representou um gesto de coerência com os princípios que a elegeu, de defesa da unidade entre Brasil e Portugal sob uma única Constituição. Lembre-se que até pouco tempo antes da declaração de Independência, "todos ou quase todos deste lado do Atlântico, inclusive o príncipe e seus ministros, ainda acreditavam garantir os interesses do Reino do Brasil, no interior da união com Portugal" (BERNARDES, 2006). O movimento de 19 de outubro, em Parnaíba, por exemplo, proclamou a independência do Reino do Brasil e sua união com Portugal (BRANDÃO, 1972).

Ao final de 1822, as ameaças dos independentes continuavam a vir do Ceará. Nas vilas de Marvão e Crateús, próximas às fronteiras da

província vizinha, separatistas organizavam forças para a invasão. Oeiras já sabia, por informação de Valença, que Crateús havia levantado armas contra a Junta de Governo. Na Capital, as autoridades estavam informadas dos acontecimentos no restante da Província e, em meio a essas, encontravam-se muitos dos conspiradores, a exemplo do comandante das forças da cidade, Joaquim de Sousa Martins, e o comandante do policiamento, Inácio Francisco de Araújo Costa.

Ainda em dezembro de 1822, o general Pedro Labatut, comandante das tropas brasileiras na Bahia, encaminhou ofício à Junta de Governo conclamando o Piauí a se levantar pela causa da Independência, "que unidos deveriam] libertar-se dos tiranos" (COSTA, 1974, p. 276). Em resposta, a Junta renovou seus votos de fidelidade e apoio a Portugal, argumentando que, para o Piauí e para as províncias do norte do Brasil, a união com Portugal era mais sólida e vantajosa, inclusive em termos de comunicação e comércio.

A Junta ainda provocava:

V. Exa. diz que está sitiando a Bahia para libertá-la da opressão das baionetas de Portugal. Seja assim. Porém que baionetas portuguesas oprimem o Piauí para que V. Exa. queira mandar em socorro dele baionetas do seu comando? Se o Piauí quisesse aderir à causa das províncias do sul só tinha que a declarar. Dentro dele não estão baionetas de Portugal que embarace a declaração, e é consequentemente manifesto que se não declara porque não lhe convém, porque não quer.

[V. Exa.] não venha e nem mande baionetas suas a essa sossegada província, a pretexto de socorrê-la, que ela declara a face das nações que nem precisa, nem quer ser socorrida (apud NUNES, 1975, p. 52).

Para os membros da Junta, a defesa da unidade com Portugal deveria ser defendida. Mesmo D. Pedro, um ano antes do 7 de Setembro, em 4 de setembro de 1821, negava a possibilidade de separação e dizia:

A independência tem-se querido cobrir comigo e com a tropa: com nenhum conseguiu e nem conseguirá, porque a minha honra e a dela é maior que TODO o Brasil. Queriam-me e dizem que me querem aclamar Imperador. Protesto a Vossa Majestade que nunca serei PERJURO, que nunca serei FALSO, e que eles farão essa loucura, mas será depois que eu e todos os portugueses estivermos feitos em postas: é

o que JURO a Vossa Majestade, à Nação e à Constituição (apud MORAIS, 2004, p. 255-256).

Em setembro de 1822, essas e muitas outras palavras de D. Pedro nada valiam ou foram ressignificadas. Novas palavras foram ditas e novos interesses estabelecidos. No entanto, para a Junta piauiense, os interesses permaneciam os mesmos e era preciso manter a unidade para se manter no poder. Não perceberam ser tarde demais.

#### 4 O 24 de janeiro de 1823: a adesão de Oeiras à Independência

Em janeiro de 1823, a Capital inquietava-se e "Padre Marcos concertou com Manoel de Sousa Martins, futuro visconde da Parnaíba, a conspiração" (COSTA, 1974, p. 253). Em 24 de janeiro de 1823, com a maior parte das baionetas portuguesas ao norte da Província, a Junta era deposta e Oeiras declarava seu apoio à Independência.

Nesse período, Padre Marcos firmou-se como o grande articulador dos grupos familiares do Centro-Sul piauiense e da adesão da capital à Independência do Brasil (CHAVES, 1998; MELO, 1991; NEVES, 1997), marcando, assim, o início de uma longa trajetória na vida política da Província. Seu trabalho e influência estenderam-se por boa parte da primeira metade do século XIX, ajudando, sobremaneira, na manutenção do Império em solo piauiense, por meio do prestígio que gozava entre a elite dirigente (CHAVES, 1998; NUNES, 1975; PIAUÍ, 1850).

Às vésperas da adesão de Oeiras à Independência, o descontentamento com o governo português dentro da Província era maior do que se pode apreender das declarações feitas pela Junta de Governo. Com o Governador das Armas em Parnaíba e com a Independência consolidando-se em outras províncias, e mesmo dentro do Piauí, a ocasião demonstrou-se favorável a um levante na capital e, posteriormente, no restante da Província.

No entanto, até vésperas do levante do dia 24 de janeiro, não havia em Oeiras uma figura capaz de agregar os diversos interesses em disputa. Mesmo o brigadeiro Manuel de Sousa Martins,

apesar de aliado do poder com sua exclusão da nova Junta de Governo, estava temeroso sobre as consequências do ato.

Um novo cenário político formou-se em Oeiras e Padre Marcos saiu em defesa da causa da Independência, buscando apoio na Capital, entre estes, de seu primo Manoel de Sousa Martins que, mesmo contrariado, mantinha fidelidade às Cortes (SOUSA NETO, 2013).

Como ocorrido anteriormente, por ocasião da Insurreição pernambucana de 1817, o Brigadeiro mantinha seu apoio à Coroa portuguesa. No entanto, após longas discussões com Padre Marcos, nas quais foram avaliadas as consequências dos atos que se seguiram, o Padre convenceu-o a tomar frente do movimento em Oeiras, aderindo à causa da Independência, o que marcou também o retorno de Sousa Martins ao poder no Piauí.

Assim, como bem sintetiza Chaves,

[...] na madrugada de 24 de janeiro de 1823 levantou-se Oeiras, à frente o Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, proclamando a adesão do Piauí à independência do Brasil. O que se seguiu depois foi, em parte, consequência daquele dia e daquela decisão do Brigadeiro aliciado pelo Padre Marcos.

Dali por diante, enquanto ele viveu, nada de sério e importante se fez na Província sem que ele fosse ouvido (CHAVES, 1994, p. 33).

A tomada de decisão do Brigadeiro possuiu, por escopo, interesses privados e familiares que, em primeira análise, representavam a vingança contra aqueles que lhe haviam tirado o controle da Província. Como sinalizado, sua adesão à Independência tem como uma de suas causas não o patriotismo ou o amor à causa, mas o rancor de ter sido vencido nas eleições de 7 de abril de 1822. O patriotismo do Brigadeiro representou apenas uma fina camada de verniz a qual Padre Marcos soube explorar na busca de sustentação a um novo governo que se formava.

Coube a Padre Marcos, sobretudo, por sua condição de membro de um importante grupo familiar, além de intelectual e sacerdote, empenhar apoio ao Brigadeiro e lhe mostrar que a Independência era um caminho sem volta, representando uma oportunidade de controle da Província, como assim demonstrou ser. Como

ressalta Brandão (1997, p. 64), acerca da atuação de Padre Marcos no processo de separação, “a Independência, em Oeiras, não se fez sem ele”, confirmando o papel decisivo por ele assumido nos caminhos seguidos no período.

Com o apoio de diferentes famílias do Centro-Sul piauiense, o brigadeiro Sousa Martins assumiu o comando do levante em Oeiras, e na madrugada do dia 24 de janeiro, distribuiu estrategicamente pela cidade forças militares, mas não encontrou resistência. Logo pela manhã, Sousa Martins proclamou “entusiásticas saudações à Independência do Brasil, a S. M. o Imperador D. Pedro I, e o povo, espectador dessa cena” (NEVES, 1974, p. 85), antecipando-se ao inevitável e tornando-se candidato ao cargo de presidente da Província.

Em seguida, procedeu-se uma eleição, na qual o Brigadeiro foi eleito presidente de uma nova Junta Governativa<sup>4</sup>. A família Araújo Costa foi representada pelo tenente-coronel Inácio Francisco de Araújo Costa, irmão de Padre Marcos. Inácio Francisco presidiu interinamente a mesma Junta de julho a outubro de 1823 (TITO FILHO, 1978).

O brigadeiro Sousa Martins, com o apoio e trabalho de Padre Marcos, pôde, àquele instante, aglutinar boa parte das famílias do Centro-Sul piauiense por meio de sua fortuna e prestígio, mas também por representar os interesses dos grupos familiares desejosos de maior espaço na estrutura de poder local. A queda do Brigadeiro, por outro lado, representaria também a queda de muitos outros chefes familiares da região que, sabendo avaliar o perigo de uma represália portuguesa, empenharam seu mais absoluto apoio ao novo governo (NEVES, 1974) e foram bem recompensados na nova administração.

A adesão de Oeiras, no entanto, marcou apenas o início de novas convulsões no Norte do Brasil. A Junta recém-eleita encaminhou ofícios ao Governador das Armas, o major Fidié, para que entregasse seu comando e se retirasse do Piauí. Encaminhou, ainda, ofícios às autoridades do Maranhão, recomendando a neutralidade em

relação aos acontecimentos ocorridos na vizinha província, ameaçando suspender o comércio e as comunicações caso o governo maranhense se aliasse às forças portuguesas comandadas pelo major Fidié.

## 5 O Piauí em armas: a Batalha do Jenipapo e as lutas pela Independência

Com a proclamação em Oeiras, os ânimos se acirraram ainda mais na Província. O major Fidié não se intimidou com os acontecimentos e reuniu forças para logo marchar em direção a Oeiras com o objetivo de derrotar os independentes.

A Junta iniciou os preparativos para o confronto devido à resistência de Fidié e logo toda a Província pôs-se em movimento. O governo comprometeu-se a pagar ao Ceará todas as tropas e ajudas que lhe fossem enviados em defesa da Independência, bem como ressarcir, com recursos da Fazenda, aos particulares que, com seus gados e dinheiro, ajudassem na manutenção das tropas.

Ao final do mês de fevereiro, o major Fidié iniciou marcha em direção à Piracuruca, seguindo posteriormente em direção a Oeiras, acompanhado de cerca de um mil e trezentos homens e pesada munição (COSTA, 1974). Mesmo com a formação de um governo independente, o comandante português resistia e organizava a repressão, mantendo-se imbuído do desejo de depor a Junta independente e assegurar o regime português na capital.

Próximo à Parnaíba, organizou-se uma Junta Militar em Piracuruca, composta por oficiais cearenses, para comandar parte das movimentações e que logo solicitou armamentos ao Ceará para a defesa da Vila. Mas foi a vila de Campo Maior que se tornou o principal centro de operações dos independentes.

O mês de março iniciou com intensa movimentação de tropas entre a capital e as vilas, com a prisão de independentes em Parnaíba, entre eles, Leonardo Castelo Branco, e com a proclamação da Independência na vila de Jeru-

<sup>4</sup> Foram eleitos: Presidente, Manoel de Sousa Martins; Secretário, Manuel Pinheiro de Miranda Osório; membros, Miguel José Ferreira, Inácio Francisco de Araújo Costa e Honorato José de Moraes Rego.

menha. No entanto, março apenas começava. Como ressalta Dias:

[...] toda essa movimentação desembocou no maior, mais violento e sangrento combate, considerado pela historiografia, como o mais importante ou o mais notável entre todos que houve durante a guerra pela independência do Brasil, no Piauí, a famosa e conhecida batalha ou combate do Jenipapo. Um numeroso grupo de sertanejos, vindos de várias partes do Piauí e do Ceará se engajaram nesta batalha, um dos mais importantes marcos das lutas pela independência no Piauí, em 13 de março de 1823 (DIAS, 1999, p. 290).

A Batalha do Jenipapo representou episódio na história do Brasil em que a população mais humilde teve ativa participação na luta contra as tropas portuguesas e seu comandante, o major Fidié, àquele instante apresentado como fonte e representação de todos os males e amarguras da Província. Vencê-lo tornava-se necessário para a defesa da pátria, tão apregoada pelos líderes do movimento, entendida por aquela população como o direito de ter vez e voz em um novo governo. Era entendido como poder ver divididos latifúndios e que receberiam o que lhes cabiam em uma nova ordem. A pátria, grosso modo, era sentida como a possibilidade de ter uma vida menos dura.

Se a noção de pátria se apresentava como uma abstração muito distante e pouco prática para a maioria da população, esta recebeu o forte apelo da promessa de recompensa ao final das lutas (SOUSA NETO, 2013), o soldo a alguns, a terra a outros, ou mesmo o direito de fazer parte da parentela de algum poderoso local.

A 1º de março de 1823, as tropas comandadas por Fidié marcharam em direção à Piracuruca e, posteriormente, seguiriam em direção a Oeiras, com forças compostas por cerca de mil e trezentos homens e pesado armamento.

Em Piracuruca, organizou-se uma Junta Militar composta por oficiais cearenses, com o objetivo de comandar parte das movimentações, que logo solicitou armamentos ao Ceará para a defesa da

Vila. No entanto, foi a vila de Campo Maior que se tornou o principal centro de operações dos independentes e, em 13 de março de 1823, tornou-se palco do maior e mais sangrento combate pela independência do Brasil, a Batalha do Jenipapo, quando cerca de dois mil sertanejos resistiram às forças portuguesas.

Assim, contra tropas portuguesas treinadas e bem municadas, levantaram-se forças piauienses e cearenses, sob o comando do capitão cearense Luís Rodrigues Chaves, compostas, em sua maioria, de vaqueiros e homens do campo, armados com precárias ferramentas, motivados por interesses que lhes eram próprios e à espera da recompensa que nunca veio.

As forças portuguesas, por sua superioridade militar, saíram vitoriosas da batalha de 13 de março, batalha que se estendeu das 9 às 14 horas. No entanto, perderam a maior parte de sua bagagem de guerra<sup>5</sup>, tomada de assalto pelas forças independentes, o que deu um novo direcionamento aos eventos que se seguiram, por impedir novas ações das forças portuguesas e mesmo a marcha para Oeiras. Somam-se a isso as deserções de parte de suas tropas, de nascidos na colônia, descontentes em combater contra oponentes com os quais compartilhavam laços de parentescos ou amizade, em nome da Coroa estrangeira. Isso evidencia como o sublunar sofre influências do imprevisto, bafejado pelo acaso, como defende o historiador Paul Veyne (1998).

O comandante português, diante das baixas sofridas de soldados, recursos financeiros e equipamentos, além de ameaçado pela intensa movimentação de tropas em Campo Maior, foi obrigado a reagrupar forças e buscar reforços. Desistiu de invadir a Vila e iniciou marcha com suas tropas para Estanhado, às margens do rio Parnaíba, e de lá refugiou-se no Maranhão que se mantinha fiel a Portugal, montando acampamento em Caxias.

No entanto, somente em 19 de março chegaram notícias em Oeiras da Batalha em Campo

<sup>5</sup> A bagagem de guerra das tropas portuguesas foi apreendida por alguns soldados das tropas do Capitão Alexandre Pereira Nereu. Era composta de munições, armas, dinheiro e despojos de guerra da Vila de Parnaíba, e foi conduzida para a Vila de Sobral (CE), apreendida por autoridades locais e postas em hasta pública e arrematada.

Maior, por meio de ofício encaminhado pelo tenente-coronel Francisco Manoel de Araújo Costa, também irmão de Padre Marcos, dirigido à Junta de Governo, dando conta do desastre do combate. A população, sem saber que Fidiê marchava em outra direção, logo entrou em pânico com a notícia da vitória das forças portuguesas, acreditando que as tropas logo marchariam sobre a capital.

Imediatamente, a Junta de Governo recorreu ao comandante do Crato (CE), Leandro Bezerra Monteiro, pedindo com urgência reforços para o Piauí, sem o qual a Independência estaria ameaçada. Somente em 25 de março chegaram notícias de que as tropas portuguesas seguiam em outra direção.

Com a população de Oeiras um pouco mais aliviada com a notícia de que as tropas portuguesas marchavam em direção ao Maranhão, o governo piauiense tomou uma série de medidas para proteger a capital da ameaça que poderia vir da província vizinha, ainda aliada a Portugal.

A Junta de Governo prontamente encaminhou pedido de ajuda aos Governadores das Armas de Pernambuco, da Paraíba e da Bahia, solicitando o envio de tropas bem armadas para guarnecer as margens do rio Parnaíba a capital e para dar combate às tropas portuguesas no Maranhão. Comprometeu-se, ainda, em arcar com todas as despesas das tropas enviadas.

Com a saída das tropas portuguesas e com a Independência assegurada na Província, as tropas independentes do Piauí e Ceará iniciaram marcha em direção ao Maranhão, dando combate às forças que se mantinham aliadas à Coroa portuguesa. Essas forças independentes, acrescidas de forças enviadas do Pernambuco, foram também de grande importância para a adesão do Maranhão à Independência (SILVA, 1972).

O governo maranhense mobilizou tropas para defender-se, posicionando-as em pontos estratégicos ao longo da fronteira. Isso foi entendido pelo governo piauiense como uma ameaça de invasão. Criou-se, assim, um estado de tensão paradoxal, no qual ambas as províncias agiam defensivamente, temendo "ser invadidas por

diferentes motivos e distintos interesses ao mesmo tempo estratégicos e opostos" (DIAS, 1999, p. 319), revelando como os conflitos também se processaram na esfera do emocional.

Em 15 de junho, chegaram a Oeiras tropas cearenses comandadas pelo Governador das Armas do Ceará, o brigadeiro José Pereira Filgueiras, e pelo coronel Tristão Gonçalves Pereira de Alencar. As tropas eram formadas por cerca de dois mil homens mal armados e em péssimas condições, conduzindo apenas três peças de campanha de pequeno calibre.

O próprio Presidente da Província foi responsável por recepcionar as forças cearenses e, no dia 26 de junho, repassou a Filgueiras a quantia de 26.000\$000 (vinte e seis contos de réis) dos cofres da Fazenda da Província, para o pagamento das tropas e custos de viagem.

O pagamento feito pela Junta piauiense às tropas cearenses deixa transparecer como a opção pela participação nas lutas pela Independência representou também uma opção de sobrevivência ou de emprego de parte dessa população que enxergava nas tropas a esperança de uma vida melhor, mesmo tendo que pôr em risco suas vidas em combate.

As forças cearenses, assim como boa parte das forças piauienses, eram compostas por uns poucos militares e muitos homens simples, sobretudo vaqueiros e homens do campo com pouco ou nenhum conhecimento militar. Muitos deles se engajaram nas tropas independentes em troca de pagamento.

Mesmo com muitos piauienses e cearenses compondo as forças independentes por acreditarem na causa brasileira; para muitos outros, fazer parte destas forças representava uma oportunidade de trabalho, em uma região de poucas perspectivas, aliado à esperança de recompensas maiores ao final das lutas.

Em 4 de julho, as forças cearenses acampadas em Oeiras partiram para o Maranhão para reunirem-se com as tropas que já se encontravam nas imediações de Caxias, formando um só corpo militar para "desalojarem o inimigo daquela praça e constranger os reacionários do Maranhão a

proclamarem a independência nacional" (COSTA, 1974, p. 328). À frente dessas forças estavam dois comandantes piauienses, o Presidente Manoel de Sousa Martins e seu irmão, o Governador das Armas, Joaquim de Sousa Martins, além de dois comandantes cearenses, o coronel Tristão Gonçalves Pereira de Alencar e o brigadeiro José Pereira Filgueiras, eleito comandante-chefe das tropas.

Ao longo do mês de julho, as vilas maranhenses renderam-se às tropas independentes e aclamaram a Independência. A capital, São Luís, aderiu a Independência em 28 de julho. No entanto, o cerco a Caxias continuava. As tropas comandadas por Fidié resistiram o quanto puderam. Mas, frente às adversidades, Fidié decidiu baixar armas encaminhando aos comandantes brasileiros os termos da capitulação. Caxias rendeu-se, assim, em 31 de julho de 1823, "vencida pela fome, pela sede, pela impotência de suas armas contra as tropas sitiadas" (NEVES, 1974, p. 242).

A notícia da capitulação de Caxias chegou a Oeiras apenas em 18 de agosto. A Junta de Governo, àquele instante presidida interinamente por Inácio Francisco de Araújo Costa, dirigiu proclamação, parabenizando os piauienses pela vitória sobre as forças portuguesas, dando vivas à independência do Brasil e conclamando a população para celebrar (COSTA, 1974).

## 6 Ao final das lutas, os débitos deixados

Após o final das lutas, para a população empobrecida que compunha a maior parcela das tropas independentes restava pouco a comemorar. Aos comandantes militares prestavam-se todas as honras e glórias. Ao brigadeiro Sousa Martins, por exemplo, a Junta de Governo encaminhou ofício ao Ministro da Guerra, João Vieira de Carvalho, pedindo sua promoção ao posto de Marechal-de-Campo, por seus serviços prestados ao Maranhão e por ter feito "ressoar nesta cidade [Oeiras] as vozes da independência do Brasil, que estavam abafadas, e aclamar o senhor dom Pedro I por nosso imperador, no memorável dia de 24 de janeiro" (COSTA, 1974, p. 336).

Encaminhou, ainda em 22 de dezembro, uma

relação de pessoas que mais se distinguiram por seus serviços nas lutas pela Independência na Província. Nessa lista destacam-se membros das famílias Sousa Martins e Araújo Costa (COSTA, 1974), indicando não somente a presença, mas sua influência na Província. Deve-se ressaltar que não constava na lista nenhum nome da Vila de Parnaíba.

Aos combatentes, restavam todos os lamentos e o esquecimento. Seus nomes não figuraram em listas de heróis. Em muitos casos, "ao contrário seus nomes estão em outras relações, a de criminosos, ladrões e facinorosos" (DIAS, 1999, p. 347), revelando, além do silêncio de seus destinos, o esquecimento de seu trabalho.

Como ressaltava Dias,

[...] depois de assegurada a independência com o imperador as tropas são deixadas à sua própria sorte, perdendo totalmente o controle em atos de violência 'de maldade, insultos e latrocínios' destruindo fazendas, roubando cavalos, gado e o armamento. [...] Uma vez que sabendo da importância de sua participação na guerra teriam que obter algum benefício e como ele não viera viram-se na necessidade de atacar fazendas para se alimentar e roubar cavalos para montaria (1999, p. 342).

O governo ignorou as tropas. Ignorou a gente humilde que atendeu ao chamado das poderosas famílias da Província, fazendo aflorar profundas mágoas e ressentimentos. Convocados para lutar pela causa brasileira, os combatentes esperavam o justo reconhecimento do trabalho feito e que não veio. Assim, os roubos e atos de violência ao final das lutas demonstram que as opções feitas por aquela população se pautavam na espera da retribuição. Era hora, então, de minimizar os prejuízos. A guerra continuava, mas agora com inimigos não declarados.

A Junta de Governo, diante dos atos de revolta de muitos dos combatentes, decidiu tomar medidas para prender aqueles que cometiam excessos. Esquecidos pelas autoridades,

[...] os soldados piauienses e cearenses tinham razões suficientes para agirem com violência, considerando que foram abandonados em condições subumanas, longe de seus locais de origem, esfomeados, esfarrapados e sem

recursos financeiros, tendo à frente as ricas fazendas de gado (DIAS, 1999, p. 343).

As diferenças de significado das lutas ficaram mais visíveis ao final dos combates, visto que os soldados não viram atendidas as promessas que lhes foram feitas. Decidiram, então, ir ao encontro delas e vê-las atendidas, mesmo que parcialmente, pelo uso da força.

Sobre as ações promovidas por membros das tropas independentes, a Junta de Governo do Piauí apresentou denúncias variadas, indicando a tensão vivida no período:

Toda esta província geme e chora pelas muitas desenvolturas e insubordinações das tropas auxiliaadoras, de forma que as estradas estão desertas, com grande dissabor desta junta, que não tem cessado de requerer dos respectivos chefes as precisas providências para evitar a continuação de tantas maldades, insultos e latrocínios; mas, tudo há sido baldado (COSTA, 1974, p. 335).

Em ofício encaminhado ao coronel Simplício Dias da Silva, a Junta de Governo ainda prestou alguns esclarecimentos sobre os atos de insubordinação cometidos pelas tropas, sobre as exigências feitas pelas tropas cearenses e sobre as condições da Província. Escrevia a Junta:

V. S. não pode ajuizar, ao longe, que calamidade, que destroços e irreparáveis males têm causado as tropas que se retiram de Caxias. As fazendas estão de todo destruídas, o cavalar esse foi conduzido quase tudo. Desgraçada fica nossa província.

Roubaram grande parte de nosso armamento e ainda tem a província de pagar uma avultada soma de despesas feitas com as diferentes expedições de tropas que mandaram, algumas delas inúteis, e a conta que acaba de nos apresentar é de 19:356\$068, afora as que ficaram de remeter.

As tropas que vieram com o senhor Figueiras receberam 26:000\$000 e diz [o coronel] Tristão que ainda se lhes devem 3:000\$000; finalmente, não haverá no Piauí com que se pague a despesa feita pelo Ceará. Os seus soldos em Caxias montaram a cem contos, e dizem que ainda com 3:000\$000 não se lhes pagava (PIAUI, 1823 apud COSTA, 1974, p. 335).

Criou-se, assim, uma melindrosa situação entre o governo piauiense e as forças cearenses, que exigiam conduzir os prisioneiros de guerra para o Ceará, como uma forma de realçar os triunfos de

Filgueiras, que já havia regressado para assumir a presidência da Junta cearense, e o pagamento de 3:000\$000 (três contos de réis) que reclamavam como soldo às tropas.

Em audiência com a Junta piauiense, o coronel Tristão, representante das forças cearenses em Oeiras, informou que se não fossem atendidas as reivindicações feitas, deslocaria suas tropas estacionadas em Campo Maior e montaria acampamento em Oeiras, afirmando "que não trazia intenções hostis; vinha apenas amparar as pretensões cearenses" (COSTA, 1974, p. 343).

Em 1º de dezembro, prazo marcado para a entrega dos valores exigidos pelas forças cearenses, os cofres da Fazenda Pública em Oeiras continham apenas 1\$920 réis (um mil, novecentos e vinte réis). Em precária situação financeira e militar, o governo piauiense sabia ser difícil encontrar solução, uma vez que não possuía forças suficientes para reagir e aceitar a luta, mas também não podia render-se à humilhação passiva. A solução tomada foi a de tentar ganhar tempo, prometendo resolver a questão a contento para as forças cearenses e pedindo que não fossem mandadas tropas para Oeiras (COSTA, 1974).

Ao longo de conturbadas negociações, em que se espalhavam boatos de invasão de Oeiras por tropas cearenses, o coronel Tristão comunicou que estava disposto a deixar com suas tropas o Piauí, desde que lhe fossem pagos os 3:000\$000 (três contos de réis) exigidos anteriormente.

A Junta de Governo submeteu-se à exigência feita, ficando com os vinte e quatro prisioneiros portugueses, entre eles, o major Fidié. No entanto, sem recursos para arcar com o pagamento, a Junta recorreu a um empréstimo particular para encerrar o impasse com as forças cearenses e, finalmente, passando a cuidar da divisão de posições no Império recém-criado.

## Considerações finais

Como dito anteriormente, o que se observou no Piauí foi a vitória de um projeto de Independência das elites políticas locais e de suas redes familiares. Para essas redes familiares, as transformações experienciadas representaram

estratégias de manutenção de seus interesses na nova Nação. Dessa forma, a adesão a D. Pedro garantia uma Independência afinada com os interesses dessas redes familiares, desejosas de mudanças que lhes fossem favoráveis. Contudo, no Piauí, o processo se deu de maneira árdua e prolongada, marcado por combates, alianças e contradições internas de diversos setores da sociedade.

Destacou-se a participação dos grupos populares nas lutas pela Independência no Piauí, registrada em boa parte dos estudos que se ocuparam com o tema. No entanto, após o fim das lutas, para a população empobrecida, que compunha a maior parcela das tropas independentes, restou o esquecimento. Os rancores deixados motivaram a muitos combatentes, soldados que não viram atendidas as promessas que lhes foram feitas procuraram, à força, a retribuição do trabalho feito e de seu espaço na jovem Nação, demonstrando que as opções feitas por aquela população se pautavam também na esperança por retribuição.

A Independência consolidou-se no Piauí, entretanto, novos capítulos de uma guerra interna continuavam. Ao final das lutas, as dificuldades com as tropas representavam apenas parte dos problemas enfrentados. A economia ficou arrasada. A maioria de suas fazendas de gado, base econômica da Província, estavam arruinadas. A guerra tinha deixado uma herança difícil de administrar e novos desafios logo se apresentaram. O primeiro deles foi as reverberações da Confederação do Equador no Piauí.

## Referências

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: HUCITEC; Recife: UFPE, 2006.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2. ed. Recife: Ed. UFPE, 2012.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. A religiosidade no Piauí colonial: catolicismo adaptado ao modo de vida. *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, v. 22. n. 2, p. 249-260, 2006.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. Antigas lutas, novos cenários: a elite piauiense e a independência. *CLIO: Revista de pesquisa histórica*, Recife, v. 20, n. 1, 2002, p. 133-140.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História do poder legislativo na província do Piauí*. Teresina: Grafiset, 1997.

BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972.

BRITTO, Bugyja. *O Piauí e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Folha Carioca Editora, 1976.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Obra completa*. Prefácio de Teresinha Queiroz. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974. 2 v.

DIAS, Claudete Maria Miranda. *O outro lado da História: o processo de independência no Brasil, visto pelas lutas no Piauí (1789/1850)*. 1999. Tese (Doutorado em História) – PPGHIS/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.

FARIA, Sheila de Castro. História da Família e demográfica histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dominios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 241-259.

GRAHAN, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de História da Ideias*, Coimbra-Portugal, v. 21, n. 1, p. 389-440, 2000. [https://doi.org/10.14195/2183-8925\\_21\\_11](https://doi.org/10.14195/2183-8925_21_11). Disponível em: [https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41754/1/Pecas\\_de\\_um\\_mosaico.pdf](https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41754/1/Pecas_de_um_mosaico.pdf). Acesso em: 1 abr. 2022.

MELO, Cláudio. *Fé e civilização*. Teresina: [s. n.], 1991.

MORAIS, Alexandre José de Melo. *A Independência e o Império do Brasil*, ou, A independência comprada por dous milhões de libras esterlinas. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

NEVES, Abdias. *O Piauí na confederação do Equador*. Teresina: Ed. EDUFPI, 1997.

NEVES, Abdias. *A guerra do Fidié*. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

PIAÚI (Estado). *Resposta ao ofício do Juiz Municipal da Vila de Jaicós, Raimundo José de Carvalho e Sousa, dada pelo Presidente da Província, José Antonio Saraiva, sobre o falecimento de Padre Marcos de Araújo Costa*. Legislativo Municipal, Jaicós, cx: 92, 16 de dezembro de 1850. Arquivo Público do Estado do Piauí.

PIAÚI (Estado). *Fala que recitou o Exm<sup>o</sup> Sr. Barão da Parnaíba [Manoel de Sousa Martins] Presidente desta Província do Piauí na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no 09<sup>o</sup> de julho do ano de 1838*. Sala do Poder Legislativo. Registro de Correspondência da Assembleia Legislativa, com o Governo da Província, 1835-1843. Arquivo Público do Estado do Piauí.

RIBEIRO, Gladys Sabina. O desejo da liberdade e a participação de homens livres pobres e "de cor" na Independência do Brasil. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 22, n. 58, p. 21-45, 2002. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622002000300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/bxjjzk7MbDH5RBXbFgnwZqm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 1 abr. 2022.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. A participação popular questionada no processo de Independência no Piauí. *Revista Cadernos de Teresina*, Teresina, v. 7, n. 1, p. 10-15, ago. 1993.

SILVA, Luis Antonio Vieira da. *História da Independência da Província do Maranhão (1822-1828)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.

SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2013.

TITO FILHO, Arimatéia. *Governadores do Piauí: 1978*. 3. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1978.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história*. 4. ed. Brasília: Editora da UNB, 1998.

---

### Marcelo de Sousa Neto

Doutor em História pela Universidade Federal do Pernambuco, (UFPE), no Recife, PE, Brasil. Professor da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), em Teresina, PI, Brasil.

---

### Endereço para correspondência

Marcelo de Sousa Neto  
Universidade Estadual do Piauí – Campus Clóvis Moura  
Rua Desembargador Berilo Mota, s/n.  
Itararé, 64001-280  
Teresina, PI, Brasil

*Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.*